

O REGULADOR

website: www.sinagencias.org.br / Twitter: @sinagencias / Facebook: sinagenciasoficial

Ano I - nº 1 - Brasília, maio de 2012

Governo reabre diálogo com servidores

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) reabre diálogo com o setor de regulação, que cobra uma posição clara do governo federal quanto às principais reivindicações da categoria. O Sinagências propõe a reestruturação da gestão de pessoas das agências, com a criação de uma carreira única para os servidores que atuam nos órgãos reguladores. Além disso, busca instituir o subsídio como forma de remuneração. As negociações avançaram e, no dia 15 de junho, no próprio MPOG, ocorre uma reunião de trabalho para a produção de uma proposta com detalhes sobre como o pleito dos servidores pode ser atendido. Dia 28 de junho, espera-se que o governo passe a sua posição do que for sugerido.

O objetivo do grupo que participa das negociações é mostrar a impor-

tância da regulação federal para mercado e a sociedade, para que, de fato, a administração pública valorize os servidores das agências reguladoras.

Continue lendo **Pág. 6**

Sinagências Itinerante

Projeto Sinagências Itinerante promete aproximar os filiados do Sindicato e ampliar a base de servidores vinculados à entidade. Uma estrutura será montada na frente de cada órgão, para atender melhor o servidor.

8



Sinagências e Condsef negociam com o MPOG

Sinagências demonstra a importância da atuação das secretarias sindicais **Pág. 7**



Reunião com Servidores da Anvisa da Paraíba

Sinagências tenta garantir na Justiça a devolução dos valores referentes ao recolhimento para o PSS **Pág. 4**



Nei Jobson (à frente), diretor jurídico do Sinagências, acredita no sucesso das ações impetradas

● EDITORIAL



João Maria Medeiros de Oliveira
Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores das
Agências Nacionais de Regulação (Sinagências).

Por uma relação trabalhista mais transparente

No Estado Democrático de Direito, as relações entre trabalhadores e patrões devem ser as mais transparentes possíveis. Para os servidores públicos, a representação patronal se faz pelo governo. Nos últimos 10 anos, há de se reconhecer que o governo federal tem mantido este canal de entendimento, porém, sem muita efetividade, considerando que os ganhos mais significativos foram precedidos de movimentos reivindicatórios fortes e até greve da maioria das categorias, inclusive com o envolvimento das Agências Reguladoras. Desse modo, o que se tem visto é uma insistência por parte dos governantes em não reconhecer a importância de setores fundamentais para o equilíbrio da economia e do mercado brasileiro.

Os servidores que atuam nas agências reguladoras firmaram acordo com o governo em 2008, quando foram negociadas as tabelas remuneratórias em parcelas até 2010. Essas tabelas sofreram desvalorizações de 2008 a 2012. Isso reduz o poder de compra dos servidores, o que contribui para a redução da autoestima e interfere diretamente no desempenho

profissional do agente público.

O movimento dos servidores, por meio dos seus sindicatos, que se formou recentemente em torno da reposição salarial, é necessário. Mas poderia ser mais bem administrado pelo governo, que, atualmente, mantém negociações intermináveis, com sucessivas reuniões improdutivas, sem proposta clara, transparente e concreta para o setor público.

E com o objetivo de prestar informações claras sobre o que vem ocorrendo entre as negociações com a administração pública, o Sinagências abre mais um canal de comunicação, o jornal O Regulador, com periodicidade mensal.

Nesta primeira edição, a matéria de capa aborda alguns detalhes sobre a Campanha Salarial. O jornal ainda traz informações sobre a importância das secretarias sindicais em cada estado para fortalecer a luta pelos direitos da categoria, além de informar o leitor a respeito de algumas ações desenvolvidas pelo Sindicato, como o Sinagências Itinerante. Até a próxima!

Boa leitura!

EXPEDIENTE



Diretoria Executiva Nacional

João Maria de Oliveira – presidente
Osvaldo Filho – 1º vice-presidente
Gilmar do Nascimento – 2º vice-presidente
Mônica Beraldo – Secretária-Geral
Elísio Ribeiro – Secretário-Geral Adjunto
José Carlos Soares – Diretor Financeiro
José Airamir de Castro – Diretor Financeiro Adjunto
José Dias – Diretor Administrativo
Altemir Calazans – Diretor de Políticas
Nei Jobson – Diretor Jurídico
Márcika Pissolatti – Diretora Jurídica Adjunta
Ricardo Holanda – Diretor de Comunicação
Eugênio Soares – Diretor de Comunicação Adjunto
Washington Souza – Diretor de Relações Institucionais
Cláudia Nunes – Diretora de Relações Institucionais Adjunta
David Alves – Diretor de Organização
Wellington Aquilar – Diretor de Organização Adjunto
Geraldo Filho – Diretor de Formação Sindical
Ademir Mota – Diretor de Formação Sindical Adjunto
Nailton Gama – Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho
Raimundo Cunha Filho – Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho Adjunto
Stéfano Pereira – Diretor de Desenvolvimento Social
Thiago Silvério – Diretor de Desenvolvimento Social Adjunto
Laura Masuko – Diretor de Defesa dos Aposentados
Carlos Roberto Pessoa – Diretor de Assuntos Profissionais
Carla Martins – Diretor de Fomento à Pesquisa
Leandro de Carvalho – 1º Diretor Suplente
Jairo Domingues – 2º Diretor Suplente
José de Souza – 3º Diretor Suplente

O REGULADOR

JORNAL MENSAL DO SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES
DAS AGÊNCIAS NACIONAIS DE REGULAÇÃO - SINAGÊNCIAS

Conselho Editorial

Coordenação: Ricardo Holanda e Eugênio Soares
Jornalista Responsável: Flávio Resende - RP 4903-DF
Produção e edição de textos: William Martins
Projeto gráfico: Proativa Comunicação - Allyson Guioit
Diagramação: Proativa Comunicação - Marja de Sá
Fotos: Arquivo SINAGÊNCIAS e Banco de Imagens.

Contato

(61) 3242.9058
proativa@proativacomunicacao.com.br



● CONVÊNIOS

**Stefano Pereira**

Diretor de Desenvolvimento Social do Sinagências

Sinagências oferece mais de 100 convênios em todo o país

Diretoria do Sindicato incentiva os filiados a indicar empresas e serviços que possam ser objetos de novas parcerias

Os servidores das agências reguladoras e do DNPM espalhados por todo o país têm mais um motivo para se vincular ao Sinagências. O Sindicato oferece mais de 100 convênios com empresas de diversos segmentos em todo o território nacional. As parcerias firmadas tem o objetivo de oferecer vantagens e facilidades para o servidor que pretende ter um plano de telefonia móvel, cuidar da saúde, viajar, estudar e se divertir.

São firmados convênios com empresas de turismo, clube, hotéis, planos de saúde, entre outras. Atualmente, a entidade busca identificar possíveis parcerias para aumentar ainda mais a lista de conveniados.

O servidor filiado ao Sindicato ainda pode indicar empresas e serviços que considerem interessantes, para que se estabeleçam novos convênios. “Não deixe de sugerir aquela empresa mais próxima a sua casa. A participação do filiado é essencial para que consigamos aumentar o rol de produtos e serviços que nos tragam benefícios ainda maiores”, considera Stefano Pereira, diretor de Desenvolvimento Social do Sinagências.

Dentre as empresas conveniadas ao Sinagências estão Vivo; Unimed; Bancorbrás e Webjet.

NOTAS

Espaço para um diálogo franco e aberto

O Sinagências criou, recentemente, o Fórum de Debates da Categoria de Aposentados e Pensionistas. O espaço está aberto a todos os filiados da entidade, com o objetivo de motivar o debate acerca de questões relacionadas à aposentadoria. A ideia do sindicato é manter um canal aberto e ágil para troca de informações e facilitar a integração entre os servidores que já se aposentaram e os que ainda estão na ativa. Dúvidas, anseios, expectativas e reivindicações. Tudo pode ser discutido de forma franca e aberta, com a intenção manter um diálogo franco e saudável. Para ter acesso ao Fórum, basta acessar o site www.sinagencias.org.br. Mais informações pelo telefone (61) 3962-5000.

ANA investe em capacitação

Diante da grande demanda que teve para o curso sobre outorga de direito de uso de recursos hídricos, a Agência Nacional de Águas (ANA) realizará uma nova edição no segundo semestre para capacitar os seus servidores em relação a esse assunto. Com carga horária de dez horas, a capacitação traz informações essenciais para a gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos, além de abordar conceitos, aspectos legais, tipos de outorga existentes, usos sujeitos à outorga, entre outros temas. Mais informações podem ser obtidas no site www.capacitacao.ana.gov.br.

Transporte aéreo em alta no Brasil

No primeiro trimestre, a demanda doméstica do transporte aéreo de passageiros obteve um crescimento significativo em relação ao mesmo período do ano passado. O aumento foi de 7,25%. Quanto à oferta das empresas de aviação, o setor também mostrou força. O incremento foi de 11,33%, na comparação com os primeiros três meses de 2011. Apenas em março, a demanda e a oferta aumentaram 1,27% e 6,99%, respectivamente. O resultado obtido no terceiro mês de 2012 é o melhor desde o início da série, em 2000.

Novas normas para o fomento ao cinema

A Lei 12.599/2012, que institui o Programa Cinema Perto de Você e o Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), já entrou em vigor. O Executivo deve publicar o decreto com o regulamento do programa, com detalhes sobre os procedimentos e a lista de equipamentos e materiais desonerados pelo RECINE. A ANCINE ainda colocará em consulta pública, por 15 dias, uma Instrução Normativa com regras sobre a apresentação e credenciamento de projetos no RECINE.

Cinco estados receberão novas linhas de transmissão

Em 6 de junho, serão leiloados seis lotes, com sete linhas de transmissão, com total de 678 quilômetros e três subestações, previstos no edital aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Os empreendimentos vão demandar R\$ 920,8 milhões em investimentos, com geração de quatro mil empregos diretos. O prazo das obras vai compreender o período de 18 a 24 meses. Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Bahia vão receber as novas instalações.

● AÇÕES NA JUSTIÇA

Contribuição para PSS sofre alterações

MP nº 556 estabelece que a contribuição para o Plano de Seguridade Social não incidirá sobre as parcelas não incorporáveis aos proventos

Desde 1º de abril de 2012, a contribuição compulsória para o Plano de Seguridade Social (PSS) do servidor público federal não incide mais sobre as parcelas não incorporáveis aos proventos do aposentado. A mudança ocorreu por meio da Medida Provisória nº 556, de dezembro de 2011.

A MP estabelece que a contribuição não incidirá sobre os adicionais de férias, noturno e por serviço extraordinário, além de não abranger as parcelas pagas a título de assistência à saúde suplementar e de assistência pré-escolar. O valor pago ao servidor indicado para integrar conselho ou órgão deliberativo, na condição de representante do governo, de órgão ou de entidade da administração pública também não entra no cálculo correspondente ao PSS.

De acordo com Nei Jobson, diretor jurídico do Sinagências, o Sindicato sempre defendeu a não incidência do PSS sobre as parcelas não incorporáveis aos pro-

ventos. “E, justamente, para garantir esse direito aos filiados, a entidade ajuizou diversas ações na justiça federal, englo-

bando toda a categoria. Inclusive com o pedido para a devolução do que já foi descontado dos filiados”, afirma.

Relação das ações ajuizadas pelo Sinagências:

Órgão	Processo	Juízo	Andamento atual
Ana	0009251-47.2009.4.01.3400	8ª Vara Federal DF	Sentença parcialmente procedente – afastado PSS somente sobre o adicional de férias.
Anac	0009253-17.2009.4.01.3400	2ª Vara Federal DF	Sentença parcialmente procedente – afastado PSS somente sobre o adicional de férias.
Anatel	0009250-62.2009.4.01.3400	7ª Vara Federal DF	Negado em primeira instância. Apelação do Sinagências para o TRF 1ª Região.
Ancine	0009249-77.2009.4.01.3400	6ª Vara Federal DF	Sentença parcialmente procedente – afastado PSS sobre diárias, abono pecuniário, auxílio natalidade, auxílio funeral, adicional de férias, adicional de prestação de serviço extraordinário, conversão de licença prêmio em pecúnia, alimentação e adicional de sobreaviso, e determinada devolução dos valores descontados. Apelação da ANCINE contra sentença favorável para o TRF 1ª Região.
Aneel	0009245-40.2009.4.01.3400	5ª Vara Federal DF	Negado em primeira instância. Apelação do Sinagências para o TRF 1ª Região.
ANP	0009246-25.2009.4.01.3400	3ª Vara Federal DF	Aguardando Sentença.
ANS	0009248-92.2009.4.01.3400	15ª Vara Federal DF	Sentença parcialmente procedente. Apelação do Sinagências para o TRF 1ª Região.
Antaq	0009252-32.2009.4.01.3400	22ª Vara Federal DF	Sentença parcialmente procedente – afastado PSS sobre diárias, abono pecuniário, adicional ou auxílio natalidade, adicional ou auxílio funeral, adicional de férias, adicional de prestação de serviço extraordinário, conversão de licença prêmio em pecúnia, alimentação e adicional de sobreaviso, bem como determinada devolução dos valores descontados indevidamente. Apelação do Sinagências contra sentença favorável para o TRF 1ª Região.
ANTT	0009255-84.2009.4.01.3400	6ª Vara Federal DF	Negado em primeira instância. Apelação do Sinagências para o TRF 1ª Região.
Anvisa	0009247-10.2009.4.01.3400	13ª Vara Federal DF	Processo em andamento.
DNPM	0036990-29.2008.4.01.3400	15ª Vara Federal DF	Negado em primeira instância. Apelação do Sinagências para o TRF 1ª Região.

● DIRETORIA

Indicações por critérios técnicos

Sinagências defende lista tríplice com nomes de servidores do quadro de pessoal para cargos de direção nas agências

A Diretoria Executiva Nacional do sindicato defende a criação de uma lista tríplice, que possibilitará a escolha de servidores da ativa para ocupar importantes cargos de direção, com o respaldo da sociedade, governo e dos profissionais que atuam na Regulação Federal. “A ideia é valorizar o servidor do quadro de pessoal permanente da agência, usando critérios técnicos, além de atender aos requisitos previstos em lei, argumenta o presidente do Sinagências, João Maria.

A lista tríplice democratiza a organização, mitiga a interferência na

gestão pública técnica e vai ao encontro da atual postura do governo da presidente Dilma Rousseff, que é a de definir nomes para cargos de direção usando critérios prioritariamente técnicos.

Hoje, as indicações são encaminhadas pelo Poder Executivo ao Senado, porém não existe mecanismo formal de escolha. A sugestão do Sinagências é editar um decreto presidencial formalizando o sistema de lista tríplice. A finalidade é sempre ter um servidor público do quadro de pessoal permanente disputando a indicação para os cargos de direção. A medida

não é corporativista, é mais uma opção para Presidência da República, até porque atualmente o que prevalece é a indicação externa, normalmente política.

Os servidores da Regulação Federal acreditam que essa alternativa fortalece o relevante serviço público prestado pela regulação brasileira à sociedade e valoriza os recursos humanos das agências reguladoras.

“As agências surgiram para tornar a administração pública mais eficiente. Portanto, o aperfeiçoamento das agências passa pela valorização do quadro de pessoal”, conclui João.

● SINAGÊNCIAS EM AÇÃO

Sinagências realiza reuniões nos estados

Diretoria do sindicato promoveu reuniões em outros estados para discutir estratégias unificadas na luta pela Campanha Salarial 2012

O presidente do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências), João Maria Medeiros de Oliveira, e membros da diretoria executiva nacional reuniram-se, recentemente, com suas bases nos estados da Paraíba, Bahia, Roraima, Amazonas, Acre, Pernambuco, Sergipe, Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas e Rio Grande do Norte. O objetivo do Sinagências é fortalecer a atuação da entidade em diversos estados para criar estratégias unificadas que promovam ações eficientes na luta pela Campanha Salarial 2012. A ideia também foi mobilizar as secretarias sindicais, diretoria e servidores das agências reguladoras e do DNPM.

Nos debates, estiveram presentes servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Dentre os principais pontos discutidos nas reuniões, além da reivindicação por melhores condições salariais, estavam algumas pautas específicas do setor de regulação, como a modernização da carreira e a remuneração por subsídio.

No DNPM, cujas reuniões ocorreram em Campina Grande (PB), Salvador (BA), Brasília (DF), Boa Vista (RR) e Manaus (AM), o presidente do Sinagências, João Maria, e os demais diretores presentes, aprofundaram o debate da campanha salarial exclusiva para o órgão, discutiram acerca de sua organização sindical e do processo de transformação do departamento em agência reguladora.

Na oportunidade, João Maria fez

questão de dissociar a luta salarial do DNPM da pauta de criação da Agência Nacional de Mineração. Segundo ele, não cabe, no caso da transformação do Departamento em órgão regulador, promover ações de paralisação ou uma operação-padrão. “Nesse campo, nosso papel é de articulação política, para fortalecer nossa posição em relação a este fato”, argumenta.

Ainda foi reforçado que a campanha salarial dos servidores do DNPM será conduzida pelo Sinagências, mas com eixo central na equiparação remuneratória entre o Departamento e as Agências.

De acordo com o presidente do Sinagências, essa equiparação já existia na origem das carreiras, em 2004, pois as leis 10.871/04 (que dispõe sobre as carreiras das agências), 10.882/04 (que versa sobre o plano especial de cargos da Anvisa) e 11.046/04 (para os planos de cargos do DNPM) compartilhavam as mesmas tabelas remuneratórias para cargos correlatos. “No entanto, com o passar dos anos, o Sinagências avançou na melhoria das agências e o governo não considerou os mesmos crescimentos para as carreiras do DNPM. E é essa dívida que o governo tem que ajustar agora em 2012”, diz.

Na sequência de reuniões promovidas, os debates na Anatel e na Anvisa tiveram grande participação. Os encontros ocorreram em João Pessoa (PB), Salvador (BA), Boa Vista (RR) e

Manaus (AM). Os representantes das bases sindicais avaliaram a conjuntura política e econômica frente à pauta da Campanha Salarial 2012. “Discutimos o papel do Estado em relação às atividades a serem desempenhadas e o que pode ou não ser delegado ou terceirizado”, afirma João Maria.

Em Manaus, participou da reunião unificada entre Anvisa, Antaq e ANTT, o deputado estadual Luiz Castro (PPS-AM), que apoia a campanha salarial promovida pelo Sinagências e defende a modernização nas carreiras das agências reguladoras. “Inclusive, o parlamentar convidou João Maria para que ele participe de um debate sobre o tema na Assembleia Legislativa do Amazonas. O deputado, certamente, tem sido um agente importante para a defesa de nossas reivindicações, além de reforçar, com a base do partido no Congresso Nacional, o pleito da categoria”, afirma Altemir Calazans, diretor de políticas e secretário sindical do Sinagências no estado do Amazonas.



● CAPA

MPOG reabre negociação com os servidores da regulação federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão realizará reunião de trabalho para definir posição do governo relacionada ao subsídio e à modernização da carreira para os servidores das agências reguladoras e DNPM



Sinagências e Condsef debatem com Marcela Tapajós, da Secretaria de Relações do Trabalho do MPOG, sobre subsídio e modernização da carreira



Diretores do Sinagências cobram uma resposta contundente do governo em relação às reivindicações da categoria

Em reunião que ocorreu hoje na Secretaria de Relações do Trabalho, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o governo reabriu a Mesa de Negociação Setorial dos servidores das agências reguladoras e do Departamento Nacional de Produção Mineral -DNPM.

No encontro, participaram representantes do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação - Sinagências, da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal - Condsef e representantes do governo, Marcela Tapajós e Edina Lima, da Secretaria de Relações do Trabalho - SRT.

Protocolada no MPOG em junho de 2011, a proposta em discussão na reunião foi a modernização das carreiras e os planos de cargos em carreira única da Regulação Federal, com remuneração por subsídio, paritária à Receita Federal do Brasil.

Nesse contexto, o Sinagências e a Condsef cobraram uma resposta objetiva do governo quanto às reivindicações da categoria, considerando que a atual estrutura de carreira, das agências reguladoras e do DNPM apresenta distorções, inclusive remuneratórias, como por exemplo, entre os cargos da área administrativa em comparação aos cargos da área finalística, bem como os cargos das carreiras antigas com os cargos das carreiras novas. Além disso, a estrutura de cargos não está em consonância com o mundo moderno e atual.

Marcela Tapajós ressaltou a importância da Secretaria de Relações de Trabalho para o relacionamento entre o governo e as entidades sindicais, além de reco-

nhecer que há problemas de gestão na estrutura de diversos planos de cargos e salários, no âmbito da administração pública. “É importante discutir as vantagens e os riscos da proposta relacionada ao setor de regulação. A partir de uma avaliação, fica mais fácil partir para a operacionalização e definir o formato de como seria essa modernização”, disse.

Diante do que foi apresentado e da necessidade de uma resposta clara quanto à posição do governo em relação ao pleito dos servidores do setor



João Maria, presidente do Sinagências, (primeiro à esquerda), defendeu a equiparação salarial entre servidores do DNPM e das agências reguladoras

da regulação federal, ficou agendada reunião de trabalho para o dia 15 de junho de 2012, para discutir, com mais detalhes, a pauta reivindicatória.

Ficou definido que o governo trará informações sobre a atual política adotada referente à reestruturação de algumas carreiras, que, justamente, se aplica à reivindicação dos servidores das agências reguladoras. Em contrapartida, o Sinagências e a Condsef vão levar à mesa de negociação uma proposta concreta sobre como o subsídio e a modernização da carreira poderão se tornar realidade, justificando por que defendem essas mudanças.

O secretário-geral da Condsef, Josemilton Costa, afirmou que é necessário uma política de carreira que padronize o quadro de pessoal das agências reguladoras, sem diferenciação, a exemplo de outras carreiras que o governo já está tratando dessa forma, como a de infraestrutura.

A reunião do grupo será realizada na sede do MPOG durante todo o dia. Na parte da manhã, serão discutidos aspectos da carreira. À tarde, os sindicalistas debatem com o governo a viabilidade do subsídio.

No dia 28 de junho, haverá o encerramento da rodada de negociação com a posição final do governo referente à pauta de negociação da categoria, no que tange à carreira, subsídio e tabelas remuneratórias.

Marcela Tapajós informou que a intenção do governo é fechar todas as negociações para estruturação de carreira até 31 de julho. A partir daí, sairá a definição do que será incluso na Lei Orçamentária Anual, que o Executivo deve enviar ao Congresso Nacional até 31 de agosto.

Para o presidente do Sinagências, João Maria Medeiros de Oliveira, a reunião foi positiva. "Conseguimos avançar nas negociações no momento em que ficou definido o espaço de debate técnico no dia 15 e a decisão política do governo no dia 28, de forma que o sindicato convocará assembleias estaduais para o dia 2 de julho de 2012 e a assembleia nacional deliberativa para o dia 4 de julho, quando a categoria decidirá se aceita ou não a proposta do governo", afirma.

● POLÍTICA SINDICAL

Secretarias sindicais mantêm a coesão com as bases estaduais

Sinagências busca melhorar a estrutura das SESINs para ampliar a sua força junto aos servidores públicos de outros estados e tornar mais efetiva a luta da categoria



David Leão Alves, diretor de Organização do Sinagências

O Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências) tem buscado fortalecer as suas ações em todos os estados brasileiros. E uma forma eficiente que tem encontrado para dar eficiência ao trabalho realizado pela entidade é oferecer uma estrutura adequada para as Secretarias Sindicais (SESIN) que atuam em 26 unidades da federação.

David Leão Alves, diretor de Organização do Sinagências, responsável pela gestão no relacionamento com as SESINs, considera que as secretarias, apesar de ajudarem bastante o Sindicato a mobilizar os filiados nos estados, podem ser ainda mais efetivas.

Preocupados em conscientizar os secretários sindicais a ter uma atuação mais ampla, o Sinagências busca oferecer às secretarias uma estrutura melhor. "Muito já se avançou em relação às SESINs. Hoje elas possuem maior autonomia financeira, recebendo 10% da arrecadação local do sindicato, o que permite mais eficiência do trabalho desenvolvido", argumenta Alves.

Outro avanço que contribui para uma melhor estruturação das SESINs foi a criação de um instrumento normativo próprio, que regula a organização e o funcionamento, dando ainda mais credibilidade a essas instituições.

As secretarias são compostas pelos secretários Sindicais, Sindical adjunto, de Organização, de Finanças e Administração, além de seu respectivo adjunto, e suplente. Eles se reúnem a cada dois meses e, extraordinariamente, para discutir e encaminhar a demanda dos servidores, sempre com a participação do delegado sindical.

"Sabemos da importância das secretarias para o fortalecimento das bases sindicais espalhadas pelo país. Com elas, o Sinagências poderá ser ainda mais representativo, conseguindo um apoio maior dos servidores. Continuaremos empenhados a melhorar o funcionamento desses órgãos, que são essenciais para uma defesa eficiente dos direitos da categoria", conclui David Alves.

Atuação nos Estados – A iniciativa e a consciência de que a atuação das secretarias estaduais é fundamental para se criar uma base sindical coesa e forte motivam Anésio Evangelista de Oliveira Filho a promover ações que aproximem os servidores do Sinagências e vice-versa.

Secretário sindical do Sinagências em São Paulo, Anésio começou a fazer um trabalho local com o objetivo de sensibilizar os servidores de diversas agências reguladoras e o DNPM para a importância de estar próximo do sindicato.

Atualmente, a Secretaria Sindical de São Paulo tem buscado um contato mais próximo dos servidores da Agência Nacional de Petróleo (ANP), e da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

"O trabalho realizado até agora tem dado resultados positivos. No caso de São Paulo, essa base tende a se multiplicar. As secretarias de outros estados precisam atuar de maneira mais próxima dos servidores, mesmo que ainda não tenham uma estrutura ideal", afirma Anésio.

● SINAGÊNCIAS ITINERANTE

Projeto inédito no meio sindical começa a funcionar

O objetivo é estreitar as relações entre os servidores das agências reguladoras e o Sindicato

Com a intenção de aproximar os servidores públicos que atuam nas agências reguladoras federais e DNPM do Sinagências, o Núcleo Executivo da entidade (NUE) aprovou um projeto com a intenção de oferecer um suporte a mais aos seus representados.

Trata-se do Sinagências Itinerante, que consiste em montar uma estrutura em frente às agências reguladoras para atender às reivindicações dos servidores, promover a filiação de quem ainda não é ligado ao sindicato, ouvir sugestões e manter um canal de

comunicação constante, para que a relação entre as duas partes seja pautada pela transparência.

Ricardo de Holanda, diretor de Comunicação do Sinagências, explica que essa é uma iniciativa que vai faci-

litar o contato do servidor com o sindicato e, por sua vez, proporcionar à entidade uma forma mais direta de informar os servidores sobre as ações desenvolvidas para a defesa dos interesses da categoria.



Reunião do Núcleo Executivo do Sinagências (NUE)

● ESPAÇO DO REGULADOR



ENTREVISTA

Elísio Nunes Ribeiro

Secretário Geral Adjunto do Sinagências

A cada mês, O Regulador abrirá espaço para que servidores, aposentados e pensionistas exponham o seu ponto de vista sobre questões relacionadas à carreira no setor de regulação. Nesta edição, o jornal traz a opinião de Elísio Nunes Ribeiro, que completou 43 anos de serviço público, e, recentemente, se aposentou. Secretário-geral adjunto do Sinagências, Ribeiro relata um pouco de sua vasta experiência e fala a respeito da importância de as agências valorizarem mais os aposentados.

O Regulador - As agências reguladoras poderiam valorizar mais os servidores aposentados? De que forma?

Elísio Ribeiro - Vamos apresentar propostas às agências para que elas possam estruturar as condições para o servidor se aposentar e motivá-lo a participar da nova situação. Uma das sugestões é a emissão pelas agências da Carteira de Aposentado, para que ele possa se apresentar à sociedade como aposentado, com muito prazer, o que, de certa forma, valoriza o servidor.

OR - A paridade entre servidores da ativa, pensionistas e aposentados,

além da integralidade de proventos, está entre as reivindicações da categoria. Como torná-la uma realidade?

ER - A ação jurídica é um dos caminhos. O outro é a categoria organizada e disposta a lutar pelos seus direitos sem constrangimento e sem limites. Inclusive recorrendo à greve, se necessário for. O aposentado não tem como fazer greve. Porém, pode contribuir com a sua experiência, motivando os que ainda não são sindicalizados a se filiar e ajudando na organização do movimento.

OR - Qual a importância de as agências reguladoras e DNPM estabelecerem

uma política de preparação para a aposentadoria?

ER - Quando o servidor se aposenta, ele não se desapega de uma hora para outra da sua longa vivência trabalhista. Essa passagem, quase que brusca, da labuta diária à vida que se vai levar sem a rotina de anos, levará tempo. O órgão empregador não cairá no esquecimento facilmente, até porque, de uma maneira ou de outra, continuamos ser servidor, mas a agência reguladora vai se tornando apenas reminiscência, infelizmente. O que não ocorreria se, particularmente, as agências tivessem uma política pública para os aposentados.